

# **HISTÓRIA GERAL**



# UMA MEMÓRIA DE PORTUGAL\*

por

Avelino de Freitas de Meneses\*\*

Em Ciência, e obviamente que também em História, a obtenção da verdade corresponde sempre à descoberta da perfeição. No entanto, apesar do progresso da metodologia e do aprofundamento da investigação, a verdade e a perfeição ainda permanecem por objectivos inatingíveis. Assim, muitas das concepções do passado, mesmo que lógicas e persuasivas, são por natureza erróneas, embora não propriamente desprezíveis.

Na cultura portuguesa, ainda persiste uma visão biológica da história nacional, apesar da multiplicação das contrariedades, que resulta do confronto com as mais recentes investigações. Com efeito, desde a 2ª metade do século XIX, uma sucessão de pensadores equipara a evolução do país ao desenvolvimento de um ser vivo, que naturalmente comporta o nascimento, a ascensão, o apogeu, a decadência e a morte<sup>1</sup>. Ademais, quase todos deploram a revelação de um ocaso demasiado prematuro, ainda por cima resistente às diligências de todas as regenerações. Sigamos, no seu essencial, o raciocínio de uma tal teoria.

---

\* Este artigo corresponde à publicação de parte da conferência que proferimos, no 1º de Dezembro de 2001, na igreja do castelo de S. João Baptista em Angra do Heroísmo, a convite da Sociedade Histórica da Independência de Portugal.

\*\* Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais, Universidade dos Açores.

<sup>1</sup> Entre os paladinos da concepção biológica da história portuguesa, ressaltam a generalidade dos membros da denominada geração de 70, que reconhecem uma quase irremediável decadência oitocentista, entretanto, com raízes já seculares. (Sobre o assunto, veja-se, por todos, António Manuel Bettencourt Machado Pires, *A Ideia de Decadência na Geração de 70*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1979).

A origem e a diferenciação de Portugal ocorrem sensivelmente entre os séculos XI e XIV. Aliás, José Mattoso, no livro *Identificação de um País: ensaio sobre as origens de Portugal*, situa o aparecimento e a afirmação da comunidade portuguesa entre 1096 e 1325. 1096 é a data da fundação do condado portugalense, que constitui verdadeiramente a semente de Portugal. 1325 é o ano da morte de D. Dinis, executor de um programa de organização e de desenvolvimento, que faculta o progresso da agricultura, indispensável à garantia da subsistência dos povos, que estimula a constituição da marinha, embrião da epopeia dos descobrimentos, e que fomenta o alargamento da instrução, arrimo da maior prosperidade. Entre tais cronologias, proliferam obviamente iniciativas de relevo, as principais certamente devidas à valentia de D. Afonso Henriques, à firmeza de D. Afonso II e à habilidade de D. Afonso III.

O nascimento de Portugal origina uma pluralidade de opiniões. As teses mais radicais primam curiosamente pela extrema contradição. Umam acreditam na evolução natural de uma unidade étnica e geográfica preexistente, identificando nos lusitanos os portugueses de outrora<sup>2</sup>. Outras crêem no fruto de um acaso, talvez que activado pelos interesses belicosos da nobreza<sup>3</sup>. As teorias mais moderadas convergem simplesmente no reconhecimento dos efeitos da revolução desagregadora do feudalismo, claro que também consequentes da força das ambições políticas, económicas e sociais dos mais privilegiados<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup> A hipótese da conversão da Lusitânia em Portugal enraíza na era do Renascimento, que também apregoa a crença no heroísmo de Viriato, construído de resistência à conquista romana. Neste particular, avulta principalmente o testemunho de André de Resende, vertido na obra *De antiquitatibus Lusitaniae* de 1593.

<sup>3</sup> Oliveira Martins é o principal mentor da denominada teoria do Acaso. Na sua *História de Portugal*, publicada em 1879, afirma peremptoriamente que “Se a unidade da raça primitiva se não vê, menos ainda Portugal obedece na sua formação às ordens da geografia: os barões audazes, ávidos e turbulentos são ao mesmo tempo ignorantes de teorias e sistemas. Vão até onde vai a ponta da sua espada: tudo lhes convém, tudo lhes serve, contanto que alarguem o seu domínio”. Por isso, acrescenta que as fronteiras portuguesas oscilam “... à mercê dos azares das guerras, com Leão e Castela de um lado, com os sarracenos do outro; e Portugal vem a ser formado com dois fragmentos do reino leonês, um, dos emirados sarracenos, outro”. Todavia, já anteriormente, Alexandre Herculano recusara com veemência a filiação dos portugueses nos lusitanos. Na opinião do historiador de Vale de Lobos, “Tudo falta: a conveniência de limites territoriais, a identidade da raça, a filiação da língua, para estabelecermos uma transição natural entre os povos bárbaros e nós”.

<sup>4</sup> José Mattoso, “1096-1325”, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Segundo Volume, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 11-21.

A verdadeira identificação do país deriva de experiências, que aguardam pela sucessão do tempo. Entre elas, avultam com certeza o combate aos mouros, que ainda reverte na redutora antinomia entre cristãos e infiéis, e sobretudo a ameaça dos castelhanos e a atlantização do povoamento, que já fomentam a individualidade dos portugueses entre os povos peninsulares. Porém, a obtenção de uma plena maturidade decorre da vitória de Aljubarrota em 1385, pois salvaguarda em definitivo a soberania de Portugal, após um tempo de disputa do trono pelo rei de Castela. De facto, é a partir de finais do século XIV, que na Península Ibérica, uma pelo carácter da natureza, se reconfirma a independência de um rectângulo geograficamente muito artificial<sup>5</sup>.

Após centúrias de afirmação, o apogeu de Portugal sobrevêm nos séculos XV e XVI, fruto de uma mescla de estímulos externos e de condições internas, que explica o desempenho de uma acção pioneira na abertura do Mundo. Entre os estímulos europeus, avultam o crescimento dos séculos XI a XIII, de todo incompatível com o apertado cerco do Islão, desde a Ásia Menor até ao Norte de África, que impede a correspondência entre o Ocidente e o Oriente, e a crise geral dos séculos XIV e XV, traduzida na multiplicação das fomes, das pestes e das guerras, que exige a busca de soluções fora do quadro da velha Europa<sup>6</sup>. Entre as condições portuguesas, sobressaem as implicações da revolução de 1383. No quadro político-administrativo, a estabilidade e a unificação, verdadeiras excepções na conjuntura europeia, antes da construção da Espanha pelos Reis Católicos em 1492 e perante a desagregação do Sacro-Império Romano Germânico, a incipiência da unidade da França e as convulsões sociais da Inglaterra. No domínio socioeconómico, a ambição de uma nova nobreza, a iniciativa dos mercadores urbanos e o assentimento dos povos. No âmbito cultural e reli-

---

<sup>5</sup> Oliveira Martins indica claramente que “O sentimento de independência nacional, a ideia de que os reis são os chefes e representantes de uma nação, e não os donos de uma propriedade que defendem e tratam de alargar, bem se pode dizer que só data da dinastia de Avis, depois do dia memorável de Aljubarrota”. (*História de Portugal*, Lisboa, Guimaraes Editores, 1991, p. 23).

<sup>6</sup> Acerca da influência da conjuntura europeia da Baixa Idade Média na origem da expansão quatrocentista, releva a análise de Luís Filipe Thomaz, por exemplo, vertida em estudo designado “Expansão portuguesa e expansão europeia - reflexões em torno da génese dos descobrimentos”, in *Studia*, 47, Lisboa, 1989, pp. 371-415. Sobre os reflexos portugueses das convulsões de trezentos, avulta o entendimento de A. H. de Oliveira Marques expresso no volume IV da *Nova História de Portugal*, precisamente intitulado *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, Lisboa, Editorial Presença, 1987.

gioso, o espírito de aventura, que atrai cavaleiros portugueses às contendas europeias, o gosto pelo desconhecido, que chama estrangeiros às conquistas e às descobertas portuguesas, e a motivação do cristianismo, que em simultâneo suscita o empenho dos puros e dissimula o interesse dos cínicos. A tudo isto, ainda acresce o papel das individualidades, sobretudo os filhos de D. João I, talvez que liderados pelo infante D. Henrique<sup>7</sup>. O resultado da confluência de tais condicionalismos reverte no advento da expansão marítima, que executa um desígnio europeu de descoberta de novos mundos.

A expansão ultramarina equivale a um tempo novo da história de Portugal, comumente identificado com o apogeu, por força da conquista de uma projecção externa deveras singular. Ademais, o processo das descobertas corresponde inclusivamente ao advento de uma nova era da história da Humanidade, a denominada Idade Moderna, caracterizada pelo esboço da unidade do planeta, que muito resulta das explorações dos portugueses<sup>8</sup>. A maior proeminência de Portugal acontece ainda no século XV, concretamente na época de D. João II, por força de uma acção pioneira nos mares, inquestionável até ao descobrimento colombino da América em 1492 ou, talvez melhor, à assinatura do tratado de Tordesilhas em 1494, que estabelece a paridade com os espanhóis<sup>9</sup>. Porém, a consti-

---

<sup>7</sup> Na identificação das causas internas da expansão quatrocentista, seguimos o nosso estudo “A Expansão Ultramarina até à época de D. João II: causas e vertentes”, in *A Viagem de Bartolomeu Dias e a Problemática dos Descobrimientos*, Actas do Seminário realizado em Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta de 2 a 7 de Maio de 1988, s/l, Secretaria Regional da Educação e Cultura/Direcção Regional dos Assuntos Culturais - Universidade dos Açores/Centro de Estudos Gaspar Frutuoso, 1989, pp. 79-114.

<sup>8</sup> A expansão portuguesa de quatrocentos inicia verdadeiramente a globalização dos nossos dias. A caminhada comporta uma pluralidade de vantagens, por exemplo, o conhecimento do mundo, o diálogo das civilizações e a conformidade dos povos, tudo fruto da conversão de uma cultura continental e mediterrânica numa convivência intercontinental e transoceânica. O processo implica também um conjunto de escolhos, por exemplo, o martírio das gentes e a imposição de condutas, tudo consequência da sobreposição da técnica à civilização. Hoje, o reconhecimento das contradições de um tal percurso constitui um sério motivo de reflexão, já que o sucesso da globalização demanda uma prática de generosidade, própria de uma estratégia de inclusão, que promova o respeito pelas idiossincracias. Caso contrário, em vez da construção da concórdia, impera a irrupção de localismos proscritos, geralmente acompanhada por manifestações de contestação e de violência, susceptíveis da transformação de um ideal de paz em realidade de guerra.

<sup>9</sup> Após uma longa e desgastante rivalidade luso-castelhana, o tratado de Tordesilhas estabelece maior concórdia peninsular, enquanto salvaguarda a essência do projecto ultra-

tuição do maior império colonial já ocorre no século XVI, durante os reinados de D. Manuel I e de D. João III, quando as possessões portuguesas se repartem por África, pela Índia e pelo Novo Mundo<sup>10</sup>. No entanto, desde cedo, a grandiosidade do Império contrasta com a pequenez do Reino, determinando mesmo uma clara inversão de lógicas. Com efeito, enquanto na generalidade da Europa os impérios são apenas os complementos e as metrópoles inequivocamente as essências, já em Portugal a metrópole figura muitas vezes por complemento da essência do império.

As partes de Além-Mar justificam efectivamente as magnas decisões da história de Portugal. Vejamos alguns exemplos. A união ibérica de 1580 surge no seguimento de uma conjuntura de dificuldades no Norte de África, devido à pressão dos mouros, na Índia, em virtude da concorrência dos europeus e da resistência dos autóctones, e no Brasil, por força da cobiça dos estrangeiros e da falta de povoamento. Nestas circunstâncias, a protecção filipina parece indispensável à defesa do império, cada vez mais disputado pelos deserdados de Tordesilhas<sup>11</sup>. A transferência da corte para o Brasil em 1807 certifica também a prioridade do Ultramar, que prevalece sobre a segurança da Metrópole. Neste caso, a fuga da família real constitui apenas a tradução política de uma realidade económica, designadamente a dependência portuguesa das riquezas brasileiras<sup>12</sup>. Entre 1961 e 1974, o excessivo prolongamento de uma guerra colonial de todo anacrónica tam-

---

marino português, assente na certeza da descoberta do caminho marítimo para a Índia pela circunnavegação de África.

<sup>10</sup> A exploração do Além-Mar reverte então na afluência das especiarias, que transfere a economia da Europa, conferindo uma extraordinária projecção a Portugal. A comprová-lo, em referência à era manuelina, João Lúcio de Azevedo assevera que “Os valores que por efeito das navegações afluem a Lisboa eram o deslumbramento de naturais e estrangeiros, e aos olhos da Europa atónita o rei de Portugal parecia um daqueles soberanos das lendas, possuidores de tesouros sem fim. (*Épocas de Portugal Económico. Esboços de História*, Lisboa, Clássica Editora, 1988, pp. 109-110).

<sup>11</sup> Ademais, na 2ª metade do século XVI, a prosperidade do império espanhol avulta por antídoto do declínio colonial português, gerando o assentimento dos estratos sociais superiores, que equiparam a solução ibérica à realização de um bom negócio, indispensável à regeneração da economia.

<sup>12</sup> Como bem refere Castelo Branco Chaves, a generalidade dos estrangeiros descreve o Portugal de setecentos, talvez com algum exagero, como “... uma terra fértil, rica mas desaproveitada, vivendo quase exclusivamente do oiro do Brasil”. (*O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1989, p. 20).

bém deriva da precedência ultramarina, desta vez localizada em África, depois de incidências na Índia e na América. Aliás, antes do 25 de Abril, avulta por impensável a devolução de Portugal à Europa, que só acontece em 1985, por via da adesão à então Comunidade Económica Europeia<sup>13</sup>.

Após o nascimento, a afirmação e o apogeu sobrevêm muito naturalmente a decadência, que acontece por meados do século XVI, à luz da teoria oitocentista da evolução biológica da história de Portugal. No advento do declínio português, imperam as adversidades ultramarinas, concretamente o recuo no Norte de África, a concorrência no Oriente e a disputa do Brasil. Assim, a síndrome de crise ainda enaltece a relativa prosperidade de Espanha que, aos olhos dos grandes de Portugal, equivale ao verdadeiro bastião de defesa do monopólio ultramarino dos povos peninsulares, consagrado pelo entendimento de Tordesilhas<sup>14</sup>. Esta convicção motiva uma estratégia de aproximação entre as cortes de Lisboa e de Madrid, traduzida na consumação de matrimónios, também equivalente ao alinhamento de Portugal com as potências da Europa continental, em contradição com a tradicional preferência das alianças marítimas. Esta política reabre efectivamente a possibilidade da reunificação da Península Ibérica, agora só dependente do incidental sucessório. E, inevitavelmente, a questão dinástica acontece! Aliás, vislumbra-se logo em 1557, à data da morte de D. João III, desprovido de uma sucessão directa, que coloca a salvaguarda da independência ao cuidado de um neto de tenra idade. Porém, estala verdadeiramente em 1578, por ocasião do desaparecimento do jovem monarca D. Sebastião em Alcácer-Quibir. Por fim, confirma-se em absoluto em 1580, na sequência do falecimento, obviamente sem descendência, do cardeal-rei D. Henrique<sup>15</sup>. Ademais, a crise sucessória releva a legitimidade de Filipe II de Espanha, neto de D. Manuel

---

<sup>13</sup> O atraso da descolonização, que depois reverte em flagelo social e económico, deriva grandemente da falta de uma solução metropolitana, após cerca de meio milénio de dependência do Ultramar.

<sup>14</sup> Na 2ª metade do século XVI, Vitorino Magalhães Godinho assevera que "... o império espanhol atinge o seu apogeu terrestre e marítimo e torna-se de tal modo poderoso pólo de atracção para o império português, a braços com crescentes dificuldades ...". ("Restauração", in *Dicionário de História de Portugal*, V, Porto, Livraria Figueirinhas, 1981, pp. 307-308).

<sup>15</sup> Por isso, Vitorino Magalhães Godinho considera que "Simplesmente, 1580 é muito mais um ponto de chegada do que um ponto de partida: não será excessivo dizer-se que consagra dinasticamente a viragem de estrutura de meados do século". ("Restauração", in *Dicionário de História de Portugal*, V, já cit., p. 307).

I, genro de D. João III e tio do malogrado D. Sebastião, que ainda beneficia do arrimo da corrupção e da força das armas. Nestas circunstâncias, após quase cinco séculos de separação, talvez artificial, ocorre a reintegração, talvez natural, de Portugal na Hispânia, embora no seio de uma monarquia compósita, porque constituída por um somatório de partes bem distintas. Todavia, para a mais distinta geração do século XIX, que equipara, talvez irreflectidamente, a marcha do país ao desenvolvimento de um ser vivo, a união ibérica corresponde à morte de Portugal. Por acaso, até coincide com o óbito de Luís de Camões, autor dos *Lusíadas*, uma epopeia que imortaliza a gesta dos descobrimentos, correspondente a uma espécie de idade de ouro.

A história vivida difere, entretanto, da história contada. Para os portugueses do século XVI, a união ibérica não equivale à perda da independência, até porque corresponde a uma boa expectativa e eventualmente a um bom negócio, pois garante a autonomia política, possibilita a regeneração ultramarina e assegura o decoro dos privilegiados. Contudo, para os portugueses do século XVII, a união ibérica já quase significa a perda da independência, pelo que constitui uma péssima solução e, por consequência, um mau negócio. Com efeito, a partir da década de 1620, em vez da regeneração de Portugal, resultante do contágio da prosperidade de Espanha, sobrevêm o declínio da própria monarquia hispânica, tanto na Europa como no Ultramar, que também motiva o agravamento da decadência portuguesa, encorajando as tentativas de separação. Na realidade, a anexação política, movida pelos propósitos centralistas do conde-duque de Olivares, a depradação do império, fruto do assédio dos inimigos da governação filipina, a sobrecarga fiscal, determinada pelo esvaziamento dos cofres de Madrid, e a depreciação da nobreza e do clero, muito secundarizados na hierarquia social da dinastia católica, geram um sentimento de profunda contestação<sup>16</sup>. O resultado consiste obviamente na eclosão dos levantamentos. Em 1º lugar, os motins populares de 1637 e de 1638 nos campos do sul, excessivamente motivadas pelo espectro da fome. Depois, a revolta nobiliárquica de 1 de Dezembro de 1640, guiada pelo objectivo da retoma do governo de Portugal, antes da ocorrência de um mal maior<sup>17</sup>.

---

<sup>16</sup> No seu livro *Poder e oposição política em Portugal no período filipino (1580-1640)*, Lisboa, Difel, 1991, António de Oliveira faz uma caracterização exaustiva das incidências da governação espanhola que motivam a Restauração.

<sup>17</sup> Aliás, Vitorino Magalhães Godinho considera que o "... 1 de Dezembro de 1640 não passa de um momento num processus que resulta da viragem estrutural desencadeada a partir de 1621, o qual passa pelas "alterações" de Évora e Algarve em 1637 e se prolongará mesmo para além

No século XVII, em função do carácter dos grupos sociais, a Restauração tanto corresponde apenas à recuperação de uma vivência tradicional, ameaçada pelo programa de racionalização do conde-duque de Olivares, como até à libertação de um jugo insuportável, caracterizado pela perseguição política e pela sobrecarga fiscal. Independentemente do seu real significado, à luz da teoria que vimos seguindo, a Restauração equivale sempre a uma nova etapa de uma decadência quase irremediável, que alcança a contemporaneidade. Entre os factores de um tal declínio, a intelectualidade enumera o excessivo controlo da Igreja, sobretudo exercido pela Inquisição e pelos Jesuítas<sup>18</sup>, a dupla dependência das riquezas do Brasil e das importações da Inglaterra<sup>19</sup> e o atraso das artes mecânicas<sup>20</sup>. Apesar da lógica do

---

da paz com a Espanha". Ademais, sustenta que a Restauração "... é nobiliárquica depois da repressão dos motins populares e a fim de evitar que novas amotinações não degenerem em revolução". ("Restauração", in *Dicionário de História de Portugal*, V, já cit., p. 319).

<sup>18</sup> Um relato britânico dos alvares de setecentos regista que o Papa "... tient toujours à Lisbonne un Nonce revêtu de l'Autorité de Légat, et à qui il ne manque que le titre de Vice-Roi: il exerce sa jurisdiction dans sa propre Cour, du où il n'y a d'appel qu'a Rome, sur tout le Corps du Clergé, qui avec tous ceux qui en dépendent, peut bien être compté pour la moitié du Royaume". (John Colbatch, *Relation de la cour de Portugal sous D. Pedre II a present regnant Avec des remarques sur les intérêts de cette Couronne par rapport aux autres Souverains; 6 l'histoire des plus considerables Traitez qu'elle ait faits avec eux*, tradução do inglês, t. I, Amsterdam, 1702, pp. 264-265). Na mesma linha, por meados da centúria, Francisco Botelho de Morais e Vasconcelos descobre um duvidoso propósito monárquico, para "... que todo o Reino seja convento e todos os vassallos do Rei noviços". (*Discurso político, historico e crítico, que em forma de carta escreveo a certo amigo Francisco Botelho de Moraes e Vasconcellos, passando deste Reino para o de Hespanha, sobre alguns abusos, que notou em Portugal*, Lisboa, 1752, p. 14).

<sup>19</sup> Embora movido por cobiça dos britânicos, um relato francês do limiar do século XIX refere que "... on peut regarder Lisbonne comme une colonie anglaise, à cause du nombre considérable de familles anglaises qui sont les plus riches de la ville, et à cause de leur influence sur le gouvernement". (*Memoires sur le Portugal: memoire géographique sur le Portugal*, Paris, 1800, p. 15). No seguimento de uma longínqua relação, o acesso dos ingleses acresce na era de setecentos, fruto do afluxo do ouro do Brasil, que converte Portugal em cliente privilegiado da praça de Londres, talvez em prejuízo do desenvolvimento da produção interna. Aliás, Diogo Barbosa Machado, apesar de panegirista de D. João V, reconhece a impossibilidade de "... conservar os thezouros, que se estraião pelos generos e manufacturas dos estrangeiros". (*Relação da enfermidade, ultimas acções, morte e sepultura do muito alto e poderoso Rey e Senhor D. João V o Pio, Magnanimo, Pacifico, Justo, Religioso, e por declaração pontificia o Fidelissimo à Igreja Romana. Offerecida a seu Augusto Filho o Senhor Rey D. Joseph I*, Oficina de Inácio Rodrigues, Anno de MDCCL).

<sup>20</sup> Ainda no século XX, a intelectualidade deplora o atraso da indústria, que considera grandemente responsável pela debilidade da economia. Aliás, João Lúcio de Azevedo explica

raciocínio, esta tese ignora aspectos mais positivos, susceptíveis de correcção das leituras mais pessimistas. A comprová-lo, atentemos no afluxo do ouro brasileiro, que gera a estabilidade das finanças, no desenvolvimento da viticultura duriense, que motiva a revitalização da agricultura, no racionalismo de Pombal, que abala as estruturas mais arcaicas, e na política de fomento do liberalismo, que sempre altera a fisionomia do país.

A ideia de decadência é fundamentalmente uma construção dos estrangeirados dos séculos XVII e XVIII e dos liberais do século XIX. Os estrangeirados, pela utilização de um método comparativo demasiado simplista, alimentam abusivamente a crença no declínio. No confronto com o passado dos séculos XV e XVI, assinalam a perda de projecção na Europa e no Ultramar<sup>21</sup>. No confronto com os parceiros europeus mais poderosos, destacam o atraso da sociedade portuguesa<sup>22</sup>. Porém, nunca

mesmo a inércia das artes mecânicas pela "... condição da gente, inclinada a mais dela à vida aventureira, e habituada aos ganhos depradatórios, aos fáceis empreendimentos de um ânimo afoito, mais do que ao trabalho monótono e lento, à constância na aplicação que as indústrias demandam". (*Épocas de Portugal Económico* [...], já cit., Lisboa, 1988, p. 17). A força desta convicção gera inclusivamente um autêntico paradigma, baseado no estabelecimento de analogia entre as crises agro-mercantis e os surtos manufactureiros, que equipara o incremento das indústrias a um mero recurso dos tempos de maior adversidade. (Joel Serrão e Gabriela Martins, *Da Indústria Portuguesa: do antigo regime ao capitalismo. Antologia*, Lisboa, Livros Horizonte, 1978, p. 17). Só Jorge Borges de Macedo inverte verdadeiramente este entendimento, quando assevera "... que se tem exagerado o papel dos produtos ultramarinos, em detrimento da produção metropolitana, que constituía o motor de ingresso dos capitais no interior e da sua acumulação nas casas comerciais de Lisboa, Porto, Setúbal, etc., tanto portuguesas como estrangeiras". ("Capitalismo", in *Dicionário de História de Portugal*, I, Porto, Livraria Figuerinhas, 1981, p. 467). Na mesma perspectiva, Miriam Halpern Pereira defende que "... não se observa uma relação negativa constante entre expansão colonial e investimento industrial, como se tem pretendido". (*Das Revoluções Liberais ao Estado Novo*, Lisboa, Editorial Presença, 1994, p. 149).

<sup>21</sup> À data da assinatura do tratado de Utreque, o diplomata D. Luís da Cunha refuta as acusações de menor empenhamento na negociação da paz com a Holanda, invocando a fragilidade do poder naval português. De concreto, regista claramente que "... nem eu, conhecendo as nossas forças marítimas, ousaria ameaçá los". (Nuno Valdez dos Santos, "Cópia Setecentista das Memórias de D. Luís da Cunha existente no Arquivo Histórico Militar", in *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, 48, Lisboa, 1978, p. 170).

<sup>22</sup> O embaixador José da Cunha Brochado ridiculariza o Portugal setecentista, à luz das incidências do casamento de D. João V com D. Maria Ana de Áustria em 1708. No relato do cerimonial, refere que "... ardeu em fogo-de-artifício a Praça do terreiro do Paço, com grandes representações de música, instrumentos e bailes, dando-se fim, como em tudo, às festas do casamento de Sua Majestade. E tornámos aos feijões e ao bacalhau". (Citado por Rui Bebiano, *D. João V. Poder e Espectáculo*, Aveiro, 1987, p. 97).

reconhecem a excepcionalidade da conjuntura quatrocentista, que propicia o pioneirismo da expansão marítima, nem a extrema pequenez de Portugal face aos estados da Europa ocidental e atlântica, que impede o alcance de uma posição cimeira. Os liberais, perante o falhanço da propalada regeneração, ficam como prisioneiros de uma profunda frustração. No intento de fuga a uma tamanha responsabilidade, buscam muito naturalmente culpas no passado. Entre elas, elegem o primado do Absolutismo, que retira a iniciativa à sociedade, mas sobretudo a prioridade do Ultramar, que origina o desprezo do Reino<sup>23</sup>. Ademais, ainda no propósito de alívio de omissões, procedem à apresentação de propostas, algumas profundamente contraditórias. Na política, por exemplo, a descentralização, quando curiosamente o avanço das técnicas determina a generalização da uniformidade e, por consequência, a submissão das periferias à força do centro. Na economia, por exemplo, o fisiocratismo, que aposta no retorno dos homens ao trabalho dos campos, embora só sosseguem verdadeiramente com a descoberta de um novo império, desta vez centrado em África.

Hoje, somos ainda prisioneiros da visão biológica e negativista da história de Portugal, que não condiz com a averiguação dos factos, resultante do mais recente aprofundamento da investigação<sup>24</sup>. Porém, mani-

---

<sup>23</sup> A conferência de Antero de Quental, proferida no Casino Lisbonense a 27 de Maio de 1871, intitulada *Causas da decadência dos povos peninsulares*, constitui o protótipo da visão decadentista da história de Portugal, construída pelas gerações liberais. De facto, para o grande poeta açoriano, desde meados do século XVI, o país trilha caminhos de insucesso, que clamam por uma urgente inversão de procedimentos. Na origem do declínio, destaca sobretudo a troca da sobriedade metropolitana pela incerteza ultramarina, que consome a iniciativa dos particulares na vã ilusão das riquezas.

<sup>24</sup> Mais propriamente do que os historiadores, são sobretudo os literatos, com maior capacidade de penetração em públicos vastos, que veiculam a visão decadentista da história de Portugal. Nos nossos dias, apesar da riqueza e do deleite da descrição, encontramos, por exemplo, tal perspectiva no *Memorial do Convento* de José Saramago, que retrata a época de D. João V, em conformidade com os testemunhos tradicionais da intelectualidade mais ilustrada dos séculos XVIII e XIX. À vista do leitor, fica a figura de um rei beato e boçal e a imagem de um país ridículo e atrasado. Porém, a aproximação ao Papado acontece mais por estratégia do que por fanatismo e, embora na base de dispêndios questionáveis, faculta um recobro do crédito externo de Portugal, que de novo se perde no decurso do século XIX, apesar da crença na regeneração.

A familiarização dos ensaístas com a investigação histórica avulta então por necessária, considerando a conveniência da adequação entre o conhecimento e a divul-

festamos um tal entendimento mesmo nos actos mais banais. Por exemplo, quando com insistência proclamamos que Portugal se acha na denominada cauda da Europa, donde bem vistas as coisas dificilmente sairá. Todavia, nunca reconhecemos que, na actualidade, a “cauda” da Europa pertence à “cabeça” do Mundo.

De tudo isto se conclui, uma vez mais, que a história vivida não é propriamente equivalente à história contada. Por acréscimo, a história contada pode ainda muito bem sê-lo de diversas formas. Vejamos alguns exemplos, directamente correlacionados com a data que hoje se comemora, isto é, o 1º de Dezembro de 1640. No ano de 1833, em sermão pregado na Sé de Angra, Marco Pinto Soares Vaz Preto, em referência ao dia da Restauração, afirma que, face ao sufocante jugo de Espanha, "Era mister que o Povo Portuguez levantasse o grito da Independencia"<sup>25</sup>. Na actualidade, por exemplo, António Manuel Hespanha contesta a identificação de 1640 com a restauração da independência, até porque o estatuto de Tomar de 1581 impede a anexação de Portugal por Espanha, pelo que então reconhece em 1640 simplesmente uma restauração constitucional, ou seja, de uma velha forma de mando, ameaçada pela acção do conde-duque de Olivares<sup>26</sup>. Mas há mais! À entrada dos anos trinta, à luz de uma interpretação política, Damião Peres, na sua *História de Portugal*, dita de Barcelos, que constitui uma obra de grande referência durante décadas, individualiza a época filipina. Com efeito, delimita uma das partes entre 1557, data da morte de D. João III, que desencadeia a problemática

---

gação. Com isto, não pretendemos, entretanto, o cultivo de uma narração apologética, já que a tendência nacionalista, ainda bem presente na memória dos adultos, representa o maior dos fingimentos. Neste particular, contestamos, por exemplo, alguma da historiografia do tempo do Estado Novo, movida por propósitos políticos de consolidação de um regime anquilosado e de união de um império anacrónico. A apresentação da história nacional como uma espécie de catálogo de personagens, votadas à prática do heroísmo e da piedade, move naturalmente o descrédito. Em suma, só a verdade constitui o alicerce da interpretação do devir português, que não há-de necessariamente desaguar em ânimo entufado nem em desânimo fatal.

<sup>25</sup> *Sermão pregado na Sé de Angra por ocasião do Te Deum que se cantou no dia 4 de Abril anniversario de S. M. F. a Senhora Dona Maria Segunda Rainha de Portugal na Augusta Presença de S. M. F. O Senhor Duque de Bragança Regente do Reino em Nome da Rainha*, Lisboa, Na Imprensa Nacional, Anno 1833, p. 16.

<sup>26</sup> "La Restauração Portuguesa en los Capítulos de las Cortes de Lisboa de 1641", in *1640: La Monarquía Hispánica en Crisis*, Barcelona, Editorial Crítica, 1992, p. 133.

sucessória, e 1640, momento da expulsão dos espanhóis, por via do movimento da Restauração<sup>27</sup>. Já na 2ª metade do século XX, à luz de uma interpretação económica, Magalhães Godinho, na projecção de uma *História de Portugal* jamais escrita, não especifica o período filipino. De facto, particulariza antes dois tempos diferentes, um entre 1540 e 1620 e outro entre 1620 e 1670, considerando respectivamente 1580 e 1640 como meras consequências das crises do império português de meados do século XVI e da monarquia hispânica do 1º terço do século XVII<sup>28</sup>.

Em vez de factores de descrédito da História, as dúvidas e as contradições constituem antes um estímulo de investigação. Aliás, evidenciam a necessidade de um efectivo conhecimento do passado dos países, em tempo de afrouxamento da causa das nações, após o furor das independências dos alvares do liberalismo. De facto, na actualidade, decrescem significativamente os protagonismos nacionais, perante o progresso da globalização, que ignora as idiosincrasias, e a irrupção dos localismos, que contesta a exclusão. Porém, a história nacional talvez represente uma simbiose de extremismos, isto é, uma via de progressão entre tendências muito contraditórias, desde as mais generalistas, que sustentam a padronização das culturas e a conformidade das civilizações, até às mais particularistas, que suscitam a individualização das comunidades e o furor das intolerâncias. Assim, perante responsabilidades de tal consideração, importa que a historiografia portuguesa adopte uma postura de grande equilíbrio, de todo consentânea com a pluralidade do mundo real<sup>29</sup>. De concreto, a explicação das conjunturas, das estruturas e dos processos civilizacionais carece ainda de uma referência às datas, aos acontecimentos e aos homens, mas já dispensa as explicações monistas, que privilegiam a análise de segmentos do suceder histórico, por exemplo, as incidências da política, da economia e da sociedade. Ademais,

---

<sup>27</sup> Damião Peres (dir.), *História de Portugal*, V, Barcelos, Edição Monumental da Portucalense Editora, Lda., MCMXXXIII.

<sup>28</sup> Vítorino Magalhães Godinho, "A divisão da história de Portugal em períodos", in *Ensaio*, II. *Sobre História de Portugal*, Lisboa, Sá da Costa, 1978.

<sup>29</sup> Acerca da escrita e do ensino da história de Portugal, sugerimos a consulta do trabalho que publicámos no último número desta revista (V, 2001), intitulado "As Histórias Nacional, Regional e Local nos Programas e Manuais Escolares dos Ensinos Básico e Secundário".

impõe-se a opção pelo cultivo de uma história geral, que estabeleça correlação com as dimensões peninsular, europeia e universal, até pela participação dos portugueses na descompartimentação do Mundo, mas em simultâneo recomenda-se a escolha pelo desenvolvimento de uma história particular, porque os estudos de caso representam o melhor meio de acréscimo do saber e de correcção das sínteses. Todavia, o comedimento aconselha sempre a rejeição de uma história muito geral, que oculte a diversidade do quotidiano, convertendo a narração em simulacro do passado, e de uma história muito particular, que reverta apenas na enumeração de factos, carecendo do devido encadeamento.

